

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 4.942, DE 2001

Cria funções comissionadas e cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Autor: Tribunal Superior do Trabalho.

Relator: Deputado Luiz Antonio Fleury.

I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 96, inciso II, alínea “b”, da Constituição Federal o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho encaminhou, por meio do Ofício nº 311 – STST.GDGCA.GP, de 19 de julho de 2001, para deliberação do Congresso Nacional, projeto de lei **que dispõe sobre a criação de funções comissionadas e cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região da Justiça do Trabalho.**

Informa a **JUSTIFICAÇÃO** que acompanha o projeto de lei o seguinte:

“Sediado na cidade de São Paulo, com jurisdição sobre o município, grande São Paulo e Baixada Santista, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região detém

movimentação processual anual representativa de 19% (dezenove por cento) das ações trabalhistas do País, demonstrando as estatísticas pertinentes aumento no volume das ações ajuizadas. Não dispõe aquele Órgão, de há muito, em sua estrutura, dos recursos humanos necessários para viabilizar a prestação jurisdicional satisfatória, em detrimento da composição dos conflitos oriundos das relações de trabalho que constituem o objeto de sua atividade fim e por via de consequência, em prejuízo dos jurisdicionados.

Ao Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região considerado um dos maiores na estrutura do Judiciário Trabalhista em face de sua elevadíssima movimentação processual, não foi acrescido, há mais de duas décadas, nenhum cargo destinado às atividades de apoio judiciário, ressalvados os especializados de informática e, ainda assim, há mais de oito anos.

Acrescente-se às razões anteriormente referidas a edição da Lei nº 9.957/2000, que determinou o rito sumaríssimo para as causas trabalhistas com valor de até quarenta salários mínimos, e a ampliação da competência da Justiça do Trabalho resultante da Emenda Constitucional nº 20, atinente aos créditos previdenciários e fiscais que deverão ser executados no mesmo juízo prolator das respectivas sentenças.

O anteprojeto de lei ora submetido à deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional contempla a criação de cargos de provimentos efetivo e de funções comissionadas da Carreira Judiciária, essenciais ao funcionamento dos órgãos da Justiça do Trabalho. São os seus ocupantes os executores materiais dos trabalhos projetados pela administração, os quais representam quantitativo mínimo para as atuais necessidades de recursos humanos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e das Varas do Trabalho a ele jurisdicionadas.”

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao texto da proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De acordo com o art. 32, inciso XIII, alínea “h”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito do projeto de lei em exame.

A Constituição Federal assegura, **como direito fundamental do cidadão**, o acesso universal ao Poder Judiciário (art. 5º, XXXV, da C.F.). Contudo, a efetividade da prestação jurisdicional nem sempre é reconhecida pela sociedade. Com efeito, inúmeros fatores têm contribuído para o desgaste do Poder Judiciário que, dentro das suas limitações legais e financeiras, esforça-se para atender, satisfatoriamente, os reclamos oriundos da coletividade. Nesse contexto, insere-se o mérito do Projeto de Lei nº 4.942, de 2001, que aprimora a ação da Justiça Trabalhista, dando densidade, no plano concreto das relações humanas, ao direito fundamental já referido. A democracia como sistema político tem **na eficácia da prestação jurisdicional** um dos seus pilares essenciais que deve, constantemente, ser fortalecido. Não pode haver **sociedade livre, justa e solidária**, consoante apregoa o art. 3º, inciso I, da Carta Constitucional, sem a atuação efetiva da Justiça. O Projeto de Lei nº 4.942, de 2001, caminha nesse sentido ao conferir condições para realização da ação judicial.

Especificamente quanto ao seu conteúdo, o **Projeto de Lei nº 4.942, de 2001, viabiliza a criação de 100 (cem) cargos efetivos e de 140 (cento e quarenta) funções comissionadas** que serão lotadas no âmbito do próprio Tribunal regional do Trabalho da 2ª Região e nas Varas do Trabalho a ele jurisdicionadas.

Deve ser noticiado, embora o mérito desta questão não seja da competência desta Comissão, que, de acordo com dados constantes de documento do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Ofício nº 216/TRT/GP, de 7 de novembro de 2001), **a despesa decorrente da criação de cargos e funções em exame se encontra compatível com as prescrições da Lei de Responsabilidade Fiscal.**

O acesso ao Poder Judiciário é instrumento prioritário de exercício da cidadania, fato que justifica a acolhida da presente proposição por este Relator. Finalmente, deve ser lembrado que, **para a consolidação eficaz da democracia, não basta que se confirmem direitos, é preciso assegurar meios reais para concretizá-los.**

Dessa forma, manifestamo-nos **pela aprovação** do Projeto de Lei nº 4.942, de 2001.

Sala da Comissão, em 27 de novembro de 2001.

Deputado LUIZ ANTONIO FLEURY
Relator